

Resiliência socioecológica em comunidades deslocadas por hidrelétricas na Amazônia: o caso de Nova Mutum Paraná, Rondônia

Social-ecological resilience of communities displaced by hydroelectric dams in the Amazon: the case of Nova Mutum Paraná, Rondônia

Berenice Perpétua Simão^a
Simone Athayde^b

^aSecretaria Estadual de Educação de Rondônia / Seduc, Porto Velho, RO, Brasil
End. Eletrônico: berenicesimao@yahoo.com.br

^bAmazon Dams Network, Tropical Conservation and Development Program,
Center for Latin American Studies, University of Florida, Gainesville, FL, EUA
End. Eletrônico: simonea@ufl.edu

doi:10.18472/SustDeb.v7n2.2016.17850

Recebido em 24.02.2016

Aceito em 30.06.2016

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo interdisciplinar sobre processos de adaptação e resiliência cultural em situações de deslocamento e reassentamento forçado de grupos sociais por implantação de hidrelétricas na Amazônia. São apresentados resultados de uma pesquisa participativa realizada entre a comunidade de Nova Mutum Paraná, Rondônia, após seu deslocamento forçado devido à construção da Hidrelétrica de Jirau. A abordagem teórica integra conceitos das teorias dos sistemas socioecológicos complexos com conceitos originários no corpo teórico da antropologia do desenvolvimento. Métodos incluíram observação participante, oficinas participativas e atividades com grupos focais por um período de quase três anos logo depois do reassentamento. Foram pesquisados o processo de reorganização social e as estratégias de negociação da comunidade com o consórcio construtor, relacionadas ao acesso a recursos de uso comum, priorizando dois espaços de lazer e importância cultural: balneário natural e campo de futebol. Resultados sugerem que o capital social presente na comunidade nas fases iniciais de planejamento e tomada de decisão para a construção de hidrelétricas é um fator crítico no processo de negociação de ações de mitigação relativas ao acesso a bens comuns e serviços. O envolvimento e o apoio de gestores municipais também foram elementos importantes para o fortalecimento da organização social da comunidade. Apesar dos obstáculos e dificuldades, a comunidade persiste em reconstruir os espaços sociais e de convivência comum, buscando assim manter raízes de sua história por meio dos hábitos e costumes praticados na antiga comunidade ribeirinha..

Palavras-chave: Resiliência cultural. Deslocamento. Reassentamento. Reconstrução de identidade. Impactos socioecológicos. Hidrelétricas. Amazônia.

ABSTRACT

This paper presents an interdisciplinary study of processes of adaptation and cultural resilience in situations of displacement and forced relocation of social groups for hydroelectric dams in the Amazon. We present results of participatory research carried out among the Nova Mutum Paraná community in Rondônia, after forced displacement and resettlement due to the construction of the Jirau hydroelectric plant. The theoretical approach integrates concepts from theories of complex social-ecological systems with approaches from anthropology of development. Methods included participant observation, participatory workshops and focus groups, conducted for nearly three years immediately after community relocation. We analyzed social re-organization and strategies of negotiation between the community and the construction company, related to access to two spaces of cultural importance for leisure: natural bathing area and soccer field. Results suggest that the social capital existing in the community in the early stages of planning and decision making for the construction of hydroelectric projects is a critical factor for negotiating mitigation actions. The involvement and support of municipal representatives was also an important element for strengthening community social organization. Despite the obstacles and difficulties, the community persists in reconstructing their social and common living spaces, seeking to maintain their historical roots through the habits and customs practiced in the pre-displacement riverine site.

Keywords: Cultural Resilience. Displacement. Resettlement. Identity reconstruction. Socio-ecological impacts. Hydroelectric dams. Amazon.

INTRODUÇÃO

Na Amazônia, conciliar desenvolvimento econômico, bem-estar social e conservação ambiental tem se tornado desafio cada vez maior para gestores públicos e empreendedores do setor privado. Ao enfrentar os questionamentos das organizações socioambientais e de comunidades diretamente atingidas, instituições do governo e setor privado tentam as mais diversas negociações para a implantação de projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico (usinas hidrelétricas, projetos de mineração, estradas, hidrovias, portos, etc.). No entanto, considera-se que esses grandes projetos de desenvolvimento ainda não contemplam um modelo satisfatório para populações atingidas, principalmente no que diz respeito às questões culturais (ZHOURI, 2012).

O Brasil é um país em desenvolvimento socioeconômico e industrial, cuja base energética é historicamente proveniente do aproveitamento hidrelétrico das principais bacias hidrográficas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Segundo Bermann (2007), as hidrelétricas construídas no Brasil já resultaram em mais de 34.000 km² de terras inundadas para a formação de reservatórios, envolvendo o deslocamento compulsório de cerca de 200 mil famílias. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2016) tem registros de que mais de um milhão de pessoas foram atingidas e, em muitos casos, sem receber nenhum benefício compensatório.

A Amazônia, com seu potencial hidrelétrico ainda subexplorado, é a nova fronteira geopolítica do País. Sevá-Filho (2008, p. 48) apresenta um mapa com dados de que além das 46 hidrelétricas existentes na Amazônia, “existem mais 258 inventariadas nas bacias fluviais dos rios Amazonas e Tocantins e no estado do Amapá”. Para viabilizar a implementação desses empreendimentos, milhares de pessoas deverão ser deslocadas de suas comunidades e moradias originais para outros lugares, e/ou receber compensação financeira por perdas físicas. Na maioria dos casos, as comunidades a serem deslocadas não estão preparadas e organizadas para participar de processos de negociação com os empreendedores, tornando-se vulneráveis aos riscos e impactos advindos do deslocamento forçado, com consequências para a sua reorganização e retomada de suas práticas socioculturais, ambientais e econômicas após o deslocamento geográfico (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Oliver-Smith (2009) define o processo de deslocamento geográfico forçado como um fenômeno “totalizante”, o qual afeta diferentes aspectos da vida individual e comunitária das pessoas, desde a saúde até o lazer e o acesso a bens comuns e serviços. No entanto, historicamente, o foco dado à dimensão

econômica e monetária no cálculo das perdas e danos causados pela implantação de obras e deslocamento populacional bem como à negociação individual dessas perdas contribuem para a invisibilidade das mudanças e impactos nas dimensões sociais, culturais e ambientais nas comunidades deslocadas. Ao mesmo tempo que as populações locais são impactadas pelos empreendimentos como as barragens, elas são agentes de resistência e reconstrução, e procuram manter seu bem-estar e modos de vida perante essas pressões (RIBEIRO *et al.*, 2015).

Apresenta-se neste artigo uma análise do processo de deslocamento forçado de parte da comunidade residente no Distrito de Mutum Paraná, localizada originalmente na área rural do estado de Rondônia, para a localidade de Nova Mutum Paraná, a qual foi planejada e construída pelo consórcio construtor da Hidrelétrica de Jirau. Essa nova vila, com características e estratégias de vida de estilo urbano, recebeu parte dos moradores da antiga vila Mutum Paraná, que teve seu território original inundado pelo lago da mesma hidrelétrica. O deslocamento ocorreu em meados de 2010 e foi acompanhado nessa pesquisa, desde seu início até 2013, sendo esse o horizonte temporal analisado neste artigo.

Para compreender o processo de adaptação e resiliência sociocultural e ecológica de grupos sociais que experienciam o deslocamento geográfico forçado decorrente da construção de usinas hidrelétricas, adotou-se neste artigo uma abordagem interdisciplinar que integra conceitos originários na teoria dos sistemas socioecológicos complexos (GUNDERSON; HOLLING, 2002) com conceitos originários no corpo teórico da antropologia do desenvolvimento. Mais especificamente, integrou-se o conceito de resiliência socioecológica e cultural (FOLKE, 2006; CRANE, 2010) ao modelo temporal de Scudder (2009) e o modelo de riscos de empobrecimento de Cernea (1996). Segundo Folke (2006), a resiliência pode ser definida como a capacidade de um sistema em absorver choques, sem perder sua identidade, estrutura e processos fundamentais para o seu funcionamento. Os modelos de Scudder e Cernea foram desenvolvidos no campo de deslocamento e reassentamento forçado pelo desenvolvimento (em inglês, development-forced displacement and resettlement – DFDR; OLIVER-SMITH, 2009; CERNEA; McDOWELL, 2000).

A metodologia de pesquisa adotada para a construção do conhecimento junto aos sujeitos de pesquisa seguiu a linha filosófica da pesquisa e do desenvolvimento participativo (CHAMBERS, 1994; FREIRE, 1987; SEIXAS, 2005; SIMÃO, 2012), envolvendo a participação do pesquisador em diversos aspectos da vida e organização social e política da comunidade em um período de dois anos e nove meses. Dentro do processo participativo de pesquisa, buscou-se fortalecer os discursos e práticas de reuniões comunitárias, bem como a organização e mobilização da comunidade, capacitando-a para o processo de negociação com os empreendedores da hidrelétrica.

Durante a realização da pesquisa, foram registradas atitudes e aspirações da comunidade de Nova Mutum em manter seus hábitos e costumes que traziam consigo as marcas de uma comunidade ribeirinha. Entre eles, destaca-se o hábito de pescar, a extração cotidiana de frutos da floresta e a arquitetura das residências em madeira. Ribeiro *et al.* (2015) realizaram estudos nessa mesma comunidade e registraram as maneiras de recriação do novo espaço onde a “memória coletiva” busca constantemente a recriação de identidade da comunidade de onde foram deslocados. Entre todos os pontos reivindicatórios da comunidade, este trabalho debruçou-se mais especificamente na insistência da comunidade em reconstruir dois espaços de convivência social historicamente ligados à identidade coletiva da comunidade, materializados na construção de um balneário natural e de um novo campo de futebol. A escolha foi decidida com a comunidade com objetivos de fortalecer o debate entre comunidade e empreendedores no Grupo de Trabalho Cultura, Lazer e Turismo (GTclt) onde os dois espaços foram pontos de pauta durante toda a pesquisa e por serem, naquele período, os maiores anseios da comunidade na área de cultura e lazer.

A partir da análise do caso de Nova Mutum Paraná, o presente artigo oferece uma contribuição ao desenvolvimento de abordagens teóricas e metodológicas participativas e integrativas em pesquisas com comunidades deslocadas por empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. As principais contribuições teóricas resultantes do estudo realizado relacionam-se ao entendimento sistêmico dos processos de negociação, adaptação e reconstrução social de comunidades rurais deslocadas por hidrelétricas na Amazônia. Realizou-se uma reinterpretção do modelo temporal de Scudder (no qual o processo de

deslocamento geográfico de grupos sociais foi enquadrado em quatro fases principais), integrando-o ao modelo heurístico do ciclo adaptativo da teoria de sistemas socioecológicos complexos e aos estágios de implementação de barragens hidrelétricas (WCD, 2000; GUNDERSON; HOLLING, 2002; SCUDDER, 2009). Propõe-se que essa integração possibilite um entendimento do sistema que vai além do aspecto instantâneo capturado por pesquisas realizadas em um dado momento de transformação desse sistema, para considerar a sua dinamicidade, bem como as interações entre os elementos sociais, culturais e ecológicos que o caracterizam.

O conceito de resiliência cultural e socioecológica é, a partir de uma abordagem participativa, operacionalizado por meio da seguinte questão: 1) Quais as estratégias desenvolvidas pela comunidade relocada para o novo sistema de Nova Mutum Paraná, para retomada de sua identidade cultural e coletiva durante e após o deslocamento forçado? Os resultados estão organizados em três partes principais, apresentados em ordem cronológica. Inicia-se com a reconstrução da história do sistema, trabalhada com a comunidade de forma participativa durante a primeira oficina realizada em Nova Mutum Paraná. Segue-se então para a contextualização dos estágios de reassentamento forçado enfrentados pela comunidade, com base em uma integração entre os modelos do ciclo adaptativo (GUNDERSON; HOLLING, 2002) e do modelo temporal de Scudder (2005). Apresenta-se a seguir uma reflexão sobre os conceitos de resiliência e adaptação a partir da experiência vivida pela comunidade de Nova Mutum Paraná.

MÉTODOS

ÁREA DE ESTUDO

O Distrito de Mutum Paraná está localizado no município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, na região Amazônica. A Figura 1 apresenta um mapa com a localização de Nova Mutum Paraná, uma comunidade de aproximadamente 1.800 habitantes (RIBEIRO *et al.*, 2015) dos quais uma parte foi reassentada pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) em agosto de 2010, por força da construção da Hidrelétrica de Jirau. Essa nova comunidade foi tomada como sistema focal para esta pesquisa.



Figura 1 – Município de Porto Velho (RO). Localização geográfica da área pesquisada, mostrando as localidades de Mutum Paraná (localidade original) e Nova Mutum Paraná (projeto de reassentamento).

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Nova Mutum Paraná está inserida em sistemas aninhados de governança e sofre intervenções de várias escalas geopolíticas, principalmente nas esferas Federal e Municipal, tendo ainda a intervenção de empreendedores do consórcio construtor da Hidrelétrica de Jirau. Na interação da escala focal (Nova Mutum Paraná) com essas e outras escalas geopolíticas, a metodologia adotada nesta pesquisa considerou as dinâmicas espaciais de movimentos geográficos, políticas públicas e mudanças socioeconômicas geradas com a implantação da Hidrelétrica de Jirau, a partir das perspectivas e elementos trazidos pela comunidade durante oficinas, reuniões e entrevistas.

A dimensão temporal foi avaliada por meio da integração de elementos da abordagem de sistemas socioecológicos complexos (ATHAYDE *et al.*, 2013; BUSCHBACHER, 2014) e da abordagem de deslocamento e reassentamento forçados pelo desenvolvimento com modelo temporal (SCUDDER, 2005), apresentados a seguir.

A abordagem metodológica adotada teve como eixo a pesquisa participativa como plataforma para a coleta de dados, incluindo observação participante, organização de oficinas e grupos focais para levantamento de dados em conjunto com lideranças e representantes da comunidade, e registro de informações nas exposições orais durante as diversas reuniões e conversas que aconteceram no decorrer da pesquisa.

No período que sucedeu o deslocamento, entre agosto de 2010 a maio de 2013, observou-se e acompanhou-se o processo de negociação entre a comunidade de Nova Mutum Paraná e os empreendedores da Hidrelétrica de Jirau (Consórcio Energia Sustentável do Brasil – ESBR) nas questões socioculturais. Registraram-se, nesse período após o reassentamento, mudanças na coesão social da comunidade e nas estratégias de adaptação desenvolvidas para enfrentar o problema de perda de acesso a recursos e serviços ligados a bens comuns – como o banho de rio e o campo de futebol. Esses dados possibilitaram o entendimento qualitativo de aspectos da resiliência cultural daquela comunidade.

A pesquisa foi iniciada por meio de contatos, conversas e entrevistas informais com lideranças, tais como a administradora do Distrito, o presidente da Associação de Moradores, bem como diretores e alguns professores da Escola Municipal local. Após os primeiros meses de contatos e visitas, realizou-se em junho de 2011 uma oficina com essas lideranças em Nova Mutum Paraná, durante a qual foram levantados dados da história da localidade e registrados depoimentos acerca dos sentimentos provocados pelas mudanças após o reassentamento.

Em novembro de 2011 realizou-se uma segunda oficina com grupos focais, com o objetivo de levantar dados e perspectivas sobre as mudanças vividas no novo espaço. Os grupos focais escolhidos foram jovens e adultos, tendo representantes dos gêneros masculino e feminino, que relataram sobre as atividades de lazer e cultura vivenciadas na antiga comunidade e como essas atividades estavam se reorganizando após o deslocamento. Uma terceira oficina foi realizada em junho de 2012 para discutir e levantar perspectivas de cenários futuros.

Além das oficinas, foram registrados dados das diversas reuniões do Grupo de Trabalho de Cultura, Lazer e Turismo (GTclt) – um instrumento de negociação coordenado pela equipe de acompanhamento dos remanejados da ESBR, que se propunha a discutir permanentemente os problemas socioculturais de readaptação na nova comunidade. Constatou-se um forte envolvimento da comunidade nesse grupo de discussão, pois esta não desistiu em nenhum momento de pautar o campo de futebol e o balneário natural durante cerca de vinte (20) reuniões desse grupo, conforme registram as atas cuidadosamente guardadas pela comunidade.

Por fim, registros de falas e depoimentos que aconteceram em momentos informais ao longo da pesquisa foram considerados importantes para evidenciar as mudanças e adaptações vivenciadas pela comunidade.

Para as oficinas, foram aplicados métodos de trabalho e aprendizagem em grupo, baseados em Freire (1985; 1987), Thiollent (1998) e no ciclo de aprendizagem experiencial de Kolb (1984) apresentados no

curso em Gestão Colaborativa de Sistemas Socioecológicos na Amazônia Brasileira, o qual foi catalizador desta pesquisa e do volume especial do qual este artigo faz parte (ATHAYDE *et al.*, 2013). As oficinas catalisaram a troca de experiências e o levantamento de informações do lugar a partir da vivência dos moradores, inclusive porque vários deles nasceram no local e guardaram na memória a história de seus pais: alguns seringueiros e pescadores (populações tradicionais), descendentes de funcionários da Ferrovia Madeira Mamoré, e garimpeiros. Esses vivenciaram os diversos ciclos de desenvolvimento do século XX e se tornaram ribeirinhos, pescadores, pequenos agricultores, funcionários públicos e pequenos comerciantes – integrantes de um novo cenário que agora se transforma novamente.

Os dados coletados nesses eventos subsidiaram as análises da história da localidade, memória do reassentamento e expectativas para o futuro. As reflexões do atual cenário e a descrição de possíveis cenários para os próximos anos tiveram como parâmetro a própria experiência da comunidade, incluindo uma autocrítica de suas dificuldades de organização provocadas por divergências internas de gestão da associação de moradores.

As oficinas e reuniões periódicas foram os instrumentos de convivência que subsidiaram os dados da pesquisa. A interação com os atores e sujeitos do estudo por longos períodos, por meio de observação participante, possibilitou partilhar o seu cotidiano e sentir o significado de estar naquele contexto, situação ou problema (THIOLLENT, 1998; RICHARDSON, 1999).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

HISTÓRIA DO SISTEMA: DIMENSÃO TEMPORAL DO DESLOCAMENTO GEOGRÁFICO

A teoria de sistemas socioecológicos complexos concebe os sistemas sociais e ecológicos como interconectados, sendo sua separação pelas ciências naturais e sociais arbitrária e definida segundo escolhas epistemológicas (GUNDERSON; HOLLING, 2002; BERKES *et al.*, 2008; BUSCHBACHER, 2014). A estrutura e o funcionamento dos sistemas socioecológicos, como definidos pelos autores deste corpo teórico, estão sujeitos a elementos, características e “regras” gerais, como interação entre escalas espaço-temporais, conectividade em rede, incertezas e mudanças não lineares, reflexividade e agência (entre o componente social), resiliência e ciclicidade temporal (GUNDERSON; HOLLING, 2002; BERKES *et al.*, 2008).

O ciclo adaptativo, modelo desenvolvido por Gunderson e Holling (2002), pode ser utilizado para interpretar as dinâmicas históricas de sistemas socioecológicos complexos. Segundo os autores, os sistemas socioecológicos passam por quatro fases ou estágios, que podem ser representados por meio do modelo heurístico do ciclo adaptativo: colonização ou crescimento; conservação; soltura, dispersão ou colapso; e reorganização (Figura 2). Normalmente os sistemas seguem um processo de colonização/crescimento e chegam a uma fase de conservação que se assemelha a um estado de equilíbrio dinâmico; porém, a teoria chama atenção para as fases de colapso e reorganização que, normalmente, são inesperadas, imprevisíveis e rápidas (não lineares). Podemos interpretar o evento do deslocamento forçado de grupos sociais como uma fase de colapso, seguida pelas fases de reorganização e colonização ou crescimento do sistema.

Scudder (2005; 2009) teoriza sobre os vários estágios pelos quais passa uma comunidade reassentada por deslocamento forçado pelo desenvolvimento, dividindo esse processo em quatro estágios. Athayde (2010) integrou o modelo heurístico do ciclo adaptativo com o modelo temporal de Scudder. Neste artigo, apresenta-se uma reinterpretação do modelo temporal de Scudder, integrando-o ao modelo heurístico do ciclo adaptativo da teoria de sistemas socioecológicos complexos e aos estágios de implementação de barragens hidrelétricas na Amazônia (Figura 2).

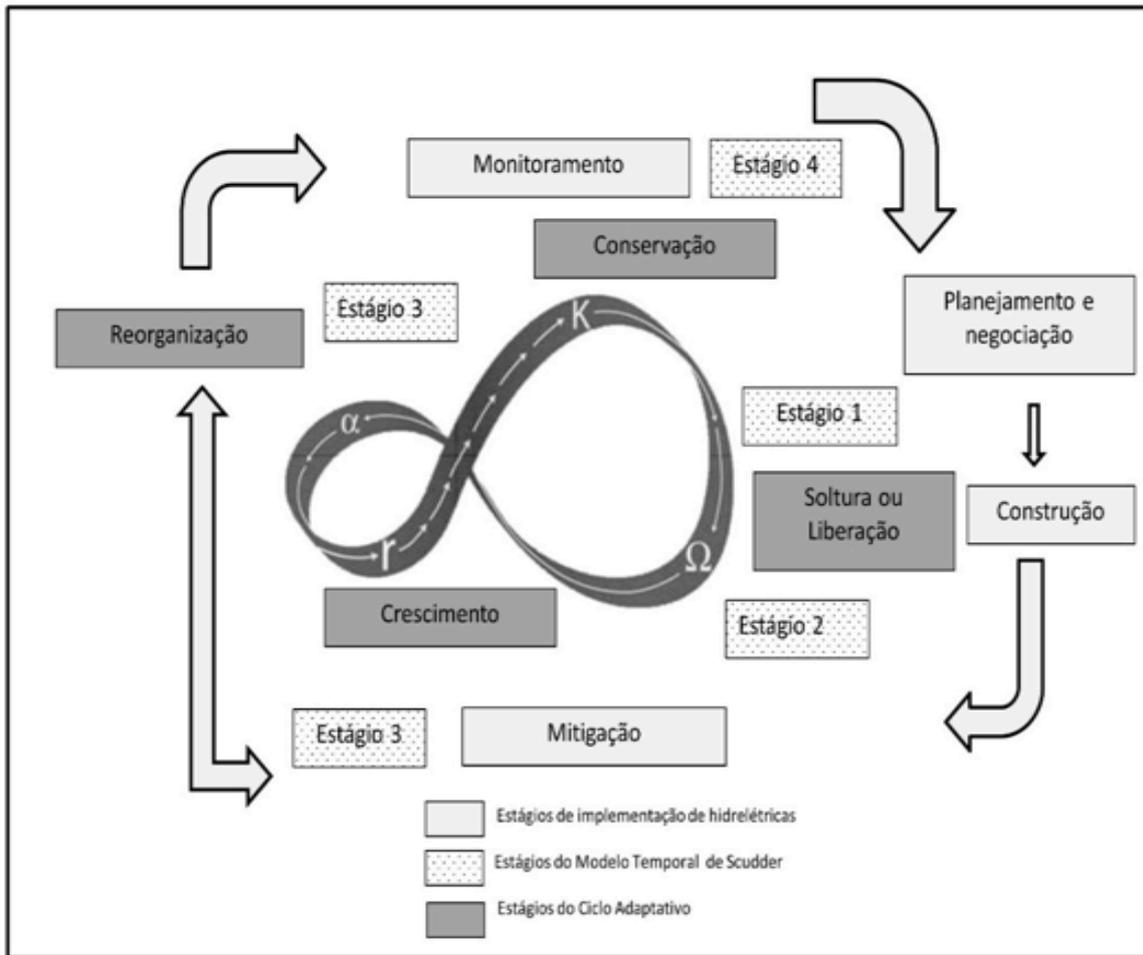


Figura 2 – Ciclo adaptativo (GUNDERSON; HOLLING, 2002) e modelo temporal de Scudder (2005) reinterpretados e integrados para análise de processos de deslocamento e reassentamento forçado de comunidades por hidrelétricas na Amazônia.

A reconstrução da história local foi realizada em conjunto com representantes da comunidade de Nova Mutum Paraná durante oficina específica. Foi realizado o desenho colaborativo de uma linha do tempo para o local, antes e depois da construção da barragem hidrelétrica. Foi possível visualizar vários ciclos e impactos vivenciados pela comunidade, que podem ser classificados em três grandes momentos: a) extrativismo da borracha, b) extrativismo do ouro, e c) extrativismo hídrico.

Observou-se na história do sistema da localidade, tomando os acontecimentos desde o início do século XX, que a região sofreu forte intervenção da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (SILVA, 2000a), a qual expulsou povos indígenas daquela região, dando espaço para migrantes de vários lugares do País, principalmente nordestinos agredidos pela seca, que vieram trabalhar na extração da borracha (SILVA, 2000b). Assim descreveu um dos moradores da comunidade:

Meu pai era funcionário da Ferrovia Madeira Mamoré. Este trem funcionou até os anos 1970 para transportar passageiros e borracha neste trecho encachoeirado do Rio Madeira, que vai de Guajará Mirim até Porto Velho. Mutum era uma estação da Ferrovia e lá perto, no Jirau, era a casa de muitos funcionários da Ferrovia. O apito do trem e a nossa Maria Fumaça é uma coisa que ficou na memória, a gente nunca esqueceu e vamos batalhar pelo museu e centro cultural aqui para trazer as peças que ainda estão lá em Mutum.

A partir de 1970, os Planos Nacionais de Desenvolvimento estimularam a ocupação da Amazônia por meio da construção de rodovias, com discurso de abrigar o excedente populacional do Nordeste e de outras regiões do Brasil na Amazônia (MAHAR, 1978, apud PINHEIRO, 2008). Outros planos de governos marcaram a região amazônica, onde pretendia-se ampliar a fronteira agrícola no País, além de extração de minério (PINHEIRO, 2008). Sendo assim, novos migrantes dirigiram-se para Rondônia em

busca de terra e acabaram por ocupar áreas ribeirinhas em vários locais às margens do Rio Madeira, entre tantas, a região de Mutum Paraná. Ao contar suas histórias de como chegaram em Mutum Paraná, alguns moradores descreveram:

Nasci em São Paulo. Com 15 anos, vim com minha família pra Rondônia em Ariquemes. Depois, em 2011, vim para as margens do Rio Madeira em busca de um pedacinho de terra.

Saí da minha terra em 1976, fui pra o Maranhão, depois fui pra Serra Pelada em 81, aí ouvi falar do garimpo em Rondônia e vim pra Mutum.

Queria um pedaço de terra, depois de morar 30 anos em Ariquemes, aqui perto, então vim com o sem-terra para estes lados e cheguei em Mutum Paraná e consegui um pedaço de terra.

Por meio dos depoimentos colhidos na oficina de junho de 2011, documentou-se que Mutum Paraná é um distrito que nasceu da ocupação da terra liderada por seringalistas e seringueiros. Foi uma estação ferroviária de embarque e desembarque de borracha da Ferrovia Madeira Mamoré, desativada com a abertura da BR-364 nos anos 1970 (GOMES, 2008). Duas décadas após o 2º ciclo da borracha na Amazônia (1942-1945), a região tornou-se área de garimpo, agricultura e extração de madeira, tendo os seus moradores preservado estratégias de vida baseadas no extrativismo para sua sobrevivência alimentar – pesca, colheita do açaí, da castanha, palmito e outros produtos da floresta:

Nasci no distrito maravilhoso de Jaci-Paraná, aqui pertinho, em 1957, e em 1961 fui para Mutum até o ano passado, conheci o ciclo da borracha, da cassiterita, do ouro (...) meu pai era seringalista.

Vim pra Mutum, há oito anos, acompanhar meu marido na serraria porque lá no Jaru (município a 300 km de Mutum) já não tinha mais madeira.

Vim do Paraná pra Mutum em 1987 atrás de garimpo, abri meu próprio negócio, fui administrador do Distrito de Mutum no período de 2001 a 2005, e ainda tenho minha balsa e meu comércio de garimpo (...) Tá difícil pra garimpar depois que começou a Usina, mas nós temos um grupo de trabalho que tá discutindo como é que vai ficar a situação dos garimpeiros agora.

A partir de 2008, a comunidade, já elevada a Distrito de Mutum Paraná, passou a vivenciar uma nova intervenção, caracterizada pelo extrativismo hídrico – construção de grandes usinas hidrelétricas. Essa nova política gera um novo ciclo de profundas mudanças, envolvendo deslocamento forçado para outro espaço, de características bastante distintas da localidade original, oferecendo nova organização habitacional e interferindo em seus hábitos e costumes (RIBEIRO *et al.*, 2015).

O NOVO CICLO E OS ESTÁGIOS DO REASSENTAMENTO FORÇADO EM NOVA MUTUM PARANÁ

Para compreender o novo ciclo iniciado pela construção da hidrelétrica de Jirau, utilizou-se o Modelo Temporal desenvolvido por Thayer Scudder para o caso do Povo Kariba na África (SCUDDER, 2009). O autor divide os processos de reassentamento forçado em quatro estágios: 1) planejamento para remanejamento; 2) remanejamento e reorganização da nova comunidade; 3) iniciação de novo desenvolvimento econômico; e 4) reestabilização da segunda geração dos reassentados.

Os estágios identificados por Scudder e reinterpretados neste artigo são descritos na Tabela 1 a seguir, e servem como um guia para a apresentação dos resultados da aplicação do referencial teórico-metodológico junto à comunidade de Nova Mutum Paraná. Nesse caso, registrou-se dois estágios completos e o início do terceiro estágio.

Tabela 1 – Análise integrada da dimensão temporal nos processos de deslocamento e reassentamento populacional, forçados por barragens hidrelétricas na Amazônia.

Estágios do deslocamento e reassentamento forçado de populações humanas	Modelo temporal (SCUDDER, 2005)	Ciclo adaptativo (GUNDERSON; HOLLING, 2002)	Estágios de implementação das barragens hidroelétricas (WCD, 2000)
Estágio 1	<ul style="list-style-type: none"> -Fase preparatória para o reassentamento -Incerteza e percepção de risco -Avaliação de opções e tomada de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> -Fase de conservação imediatamente anterior ao colapso ou liberação. -Energia ainda concentrada, transicionando entre a fase de conservação e o colapso. 	<ul style="list-style-type: none"> -Planejamento -Estudos de Impacto Ambiental -Negociações e compensações -Audiências Públicas -Tomada de decisão -Início da construção de novas localidades para reassentamento -Licença preliminar
Estágio 2	<ul style="list-style-type: none"> -Envolve o reassentamento propriamente dito e a fase imediatamente após o deslocamento geográfico. -Os atores sociais estão lidando com a queda inicial dos padrões de vida resultantes do deslocamento. 	<ul style="list-style-type: none"> -Colapso ou liberação – liberação de recursos acumulados no sistema, disponibilizando para reorganização e um novo ciclo. 	<ul style="list-style-type: none"> -Construção da obra -Desconstrução de localidades a serem alagadas -Mitigação, com implementação do Plano Básico Ambiental -Salvamento de fauna e flora -Alagamento -Relocação de pessoas -Licença de instalação
Estágio 3	<ul style="list-style-type: none"> -Início do novo desenvolvimento econômico -Negociações entre comunidade, gestores públicos e empreendedores das hidrelétricas 	<ul style="list-style-type: none"> -Reorganização 	<ul style="list-style-type: none"> -Momento atual vivido pela comunidade de Nova Mutum – registros de pesquisa em andamento -Licença de operação
Estágio 4	<ul style="list-style-type: none"> -Entrega de um processo sustentável para a segunda geração de reassentados e instituições 	<ul style="list-style-type: none"> -Colonização ou crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> -Monitoramento dos impactos -Programas de compensação em desenvolvimento, alguns em estágio de finalização -Recuperação de áreas degradadas e reconstrução da paisagem conforme exigido por lei -Hidrelétrica em operação

Fontes: Modelo temporal de Scudder (2005), ciclo adaptativo dos sistemas socioecológicos complexos (GUNDERSON; HOLLING, 2002), e estágios de implementação de barragens hidrelétricas (WCD, 2000).

O primeiro estágio, que conforme Scudder (2009) é a preparação para a mudança, ocorreu no período de 2008 a 2010. Nesse momento, foram iniciadas reuniões e audiências públicas oficiais, onde a comunidade de Mutum Paraná foi informada do processo de deslocamento e a brusca transformação pela qual passaria sua região. A comunidade participou de debates para a escolha do local do novo assentamento, e opinou sobre a sua construção.

Os moradores foram convidados pelos consórcios empresariais para tomarem ciência do seu destino em função da construção da Hidrelétrica de Jirau. Havia duas alternativas de espaço para deslocamento, sendo uma a reconstrução da comunidade às margens do Rio Jirau e outra em um possível polo industrial. Durante os debates para a escolha do local, os comerciantes tiveram maior peso político e a decisão foi de realizar o reassentamento na mesma vila que estava sendo construída para os trabalhadores (de elite) da hidrelétrica. Os empreendedores se comprometeram em auxiliar a comunidade a investir em um polo industrial moveleiro para que o local se desenvolvesse com vagas de emprego disponíveis e comércio garantido. Foi acordado também que a comunidade teria direito à reconstrução, em formato melhor, do campo de futebol e de um balneário natural. Essas propostas foram fortemente defendidas pela comunidade em diversas reuniões nos vários Grupos de Trabalho que envolviam a comunidade e a equipe da ESBR que acompanhava os remanejados, entre eles, o GTclt, onde o registro das discussões entre a comunidade e ESBR era arquivado em atas e cuidadosamente guardado pela comunidade para cobranças de cumprimentos de acordos e, principalmente, por se tratar de questões culturais.

O segundo estágio, que conforme Scudder (2009) é o remanejamento e reorganização da nova comunidade, iniciou-se em agosto de 2010, quando a comunidade foi reassentada para a localidade agora denominada Nova Mutum Paraná. Conforme o coordenador da equipe da ESBR que acompanhou os reassentados, 102 famílias (42%) divididas entre zona urbana e rural foram reassentadas; 92 famílias (38%) receberam indenizações e 41 famílias (17%) optaram por carta de crédito. A pesquisa registrou também depoimento de vários moradores que não foram beneficiados com as compensações ou benefícios por estarem fora do cadastro do consórcio das hidrelétricas. Esses moradores aguardavam ainda decisões de reclamações judiciais ou expectativa de serem contemplados com residências. Ou seja, o número de famílias ou pessoas da comunidade é divergente e maior do que os números e dados informados pelo consórcio ESBR. Em 2014 os remanejados contavam já com cerca de 200 famílias (RIBEIRO *et al.*, 2015).

Para Scudder (2009), este é um dos estágios mais importantes, pois é nesse período que a comunidade pode negociar e conquistar suas reivindicações. Segundo os registros obtidos nesta pesquisa, os moradores de Nova Mutum Paraná estavam determinados a fazer valer a promessa do consórcio construtor, de que na recriação do novo espaço habitado, a ausência do rio seria substituída pela organização de um balneário e demais espaços culturais com porte de “uma cidade desenvolvida”. Percebeu-se, por meio do acompanhamento periódico das transformações vividas pela comunidade ao longo do processo de reassentamento, a permanência desse discurso durante todo o período da pesquisa – agosto de 2010 a maio de 2013. Em vários momentos, os empreendedores quiseram abandonar a reivindicação por se tratar de instalações que envolveriam altos volumes de recursos econômicos e tentaram trocar o campo de futebol por quadras de areia, em tamanhos menores para o futsal, bem como o balneário natural por um clube com piscina. Ambas as propostas foram rejeitadas pela comunidade, que entendia a substituição dos equipamentos como um rompimento de sua vivência social e relação com a natureza.

Muitas vezes, uma comunidade reassentada por barragens não chega a atingir os estágios 3 ou 4, assim como uma área degradada pode não atingir estágios mais avançados da sucessão vegetal (SARMIENTO, 1997), permanecendo nos estágios iniciais. Em um estudo realizado envolvendo 50 barragens hidrelétricas, Scudder (2005) conclui que os reassentamentos forçados por construção de hidrelétricas podem ser melhorados se planejados com a participação da comunidade integrados a pesquisas científicas. O referido estudo indica que apenas 11% dos reassentamentos atingem melhoria de vida para as pessoas e mesmo o Banco Mundial, assumindo que esse índice vem aumentando, reconhece que esse é ainda um processo muito lento. O autor conclui também que os processos de reassentamento forçados são extremamente complexos, e que algumas variáveis podem contribuir para minimizar os riscos de po-

breza. Entre elas estão a vontade política dos gestores públicos, a formação e atualização profissional dos deslocados (capital humano), o financiamento disponível para o desenvolvimento local e a participação da comunidade local nos planejamentos e processos de tomada de decisão.

RESILIÊNCIA E ADAPTAÇÃO

A relação que a comunidade mantinha com o rio, a floresta e todos os benefícios que estes propiciavam exigiu um esforço para a acomodação ao novo espaço habitado, que é completamente diferente do anterior: não há rio, não há peixes, não há florestas e nem frutos à disposição para a extração e sobrevivência. A paisagem deixada por uma grande fazenda de gado que fora comprada pelo consórcio de Jirau, para construir a nova comunidade, amarga agora uma situação de “deserto” dentro da Amazônia. Durante a pesquisa, foi constante ouvir dos moradores a reclamação da falta da sombra das árvores e de um banho comunitário para os momentos de calor. O banho de rio é um hábito que a comunidade insistiu em preservar e mesmo estando longe do rio, propôs a adaptação de um balneário em um dos pequenos córregos existentes em Nova Mutum.

Assim destacam pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia (UNIR, 2010, p. 12):

Enquanto os olhos dos moradores se voltam para o rio ou para a floresta, espera seu uso compartilhado, vai sendo travada uma luta no plano das ordens do discurso, luta silenciosa, e com requintes de crueldade, pois todo o progresso, desenvolvimento e fenômenos afins alardeados emergem como uma gigante interrogação diante da população local.

Os moradores assim se posicionam em seus discursos e comentários:

O Rio Mutum era tudo pra nós! Era ele quem nos dava o alimento porque além do peixe, trazia nas pequenas canoas a produção dos sítios que se situavam a sua margem; era lazer porque tinha nosso balneário, era a beleza e vida para nossa comunidade.

Registrou-se o caso de algumas famílias que não se adaptaram no espaço do reassentamento e, com seus próprios recursos, mudaram-se para outras localidades da região, próximas ao rio. Uma dessas comunidades é Vila Jirau, onde há um rio e mesmo sem infraestrutura ou apoio financeiro o deslocamento para um espaço parecido com a comunidade anterior pareceu mais agradável. É o que Becker (2001) denomina de desenvolvimento endógeno, uma das características de desenvolvimento local associado a estratégias de vida ligadas ao rio. Nesse caso, pode-se interpretar a iniciativa da comunidade de relocar-se próximo ao rio como um fator de resiliência socioecológica e cultural.

Destaca-se nesse contexto de discussão e participação nos GTs, que envolviam remanejados e ESBR, a presença constante dos gestores da Prefeitura de Porto Velho (2005 a 2012) em favor da comunidade e no auxílio à cobrança dos compromissos firmados entre empreendedores e comunidade. Registramos o acompanhamento da gestora do Distrito de Mutum Paraná, de diversos Secretários, tais como de Planejamento, Cultura, Esporte, entre outros e de alguns vereadores.

No decorrer do ano de 2013, a comunidade começou a vivenciar o estágio 3 que, conforme Scudder (2009), é o início de novo desenvolvimento econômico, marcado por um momento em que os moradores já não recebem mais ajuda de custo dos empreendedores. Aos poucos tentam dar ao espaço uma dinâmica própria de sua cultura, readaptada ao novo espaço. Este é um dos estágios mais difíceis, pois as comunidades impactadas podem cair no empobrecimento quando a política está voltada para o crescimento econômico, porque deixam de receber os auxílios financeiros e nem sempre os investimentos são contínuos. O estágio 3, como teorizou Scudder (2009), é o período da efetivação do reassentamento e da reorganização econômica da comunidade. Portanto, deveria haver uma proposta de política econômica que garantisse renda para as famílias, de forma que o local de fato se constitua em um espaço viável do ponto de vista socioeconômico.

Scudder (2009) e Cernea e McDowell (2000) constataram em suas pesquisas sobre deslocamentos provocados por desenvolvimento econômico, que os relatórios não registram um crescimento econômico nos períodos consecutivos após o deslocamento. Esse fato leva a uma situação de risco maior de empobrecimento uma vez que os recursos econômicos são disponibilizados apenas nos estágios 1 e 2 do deslocamento.

O estágio 3, portanto, é o momento de risco de empobrecimento ou perda, e é justamente nesse momento que pode-se utilizar a força da agência social para que políticas de investimentos em formação e bem-estar social sejam disponibilizadas para, de fato, viabilizar um desenvolvimento local. O conflito na terceira fase do reassentamento, agora, configura-se pelas negociações onde a comunidade pode ou não conquistar efetivamente suas reivindicações de benfeitorias culturais e de lazer, além da efetivação de uma política pública voltada para a criação de novos empregos e formação profissional. O legado para as futuras gerações depende, portanto, não somente das políticas públicas e da ação do consórcio construtor em sintonia com a gestão municipal, mas é também fruto da organização e capital social, e da mobilização da comunidade na busca de seus direitos, atendendo às suas necessidades e expectativas.

Em julho de 2012, foi realizada a oficina de cenários onde idealizou-se um cenário negativo e outro positivo. A reflexão dos líderes comunitários foi fortemente marcada pela percepção da fragilidade de sua organização social. Ao mesmo tempo se dispuseram a encontrar caminhos para reativar forças para manterem vivas as negociações e reivindicações necessárias. Dessa forma, os líderes também tomaram consciência das dificuldades que enfrentariam no terceiro estágio, a iniciar-se no ano seguinte, quando a comunidade não mais teria os acompanhamentos sociais e ajuda de custos dos empreendedores. Nesse estágio, a comunidade deveria estar preparada para propor e realizar seus próprios projetos de desenvolvimento.

CONCLUSÃO

A análise realizada levou a um maior entendimento do processo histórico, estratégias de adaptação e participação na gestão do espaço socioecológico por parte da comunidade de Nova Mutum Paraná. A comunidade empregou estratégias de organização social e participação na gestão para manter sua resiliência cultural, marcadas pela insistência na reconstrução de espaços de convivência e presença do rio, como o campo de futebol e balneário natural. A experiência de pesquisa participativa possibilitou o conhecimento da história do sistema a partir da memória dos moradores de Mutum, incluindo suas histórias de vida e percepção local das fases do deslocamento e reassentamento forçados pelo desenvolvimento, contribuindo para o fortalecimento social da comunidade.

Estudos envolvendo análises de resiliência socioecológica de grupos sociais devem incluir abordagens processuais e componentes longitudinais, os quais são imprescindíveis para o entendimento dos aspectos dinâmicos e cíclicos dos sistemas socioecológicos em processos de deslocamento forçado por hidrelétricas na Amazônia. A resiliência cultural foi abordada como um olhar que não busca uma resposta “sim” ou “não” para o processo de acomodação da comunidade ao novo espaço, mas porque permite visualizar estratégias de continuidade ou manutenção de uma identidade vivida no local anterior, integrada a uma nova realidade de distância do rio e reorganização social. O enfoque de pesquisa participativa, por sua vez, registrou avanços nesses pontos de forma que os riscos de empobrecimento e reconstrução pudessem ser enfatizados e mitigados e, dentro de uma proposta de adaptação, o envolvimento dos atores e esferas de governos trouxesse avanços na resolução de tais problemas. Essa abordagem transversal possibilita a defesa da participação da comunidade nos processos de desenvolvimento bem como a reafirmação da importância de temas antes invisíveis, como é o caso da cultura local.

Investir e dar atenção aos aspectos culturais que contribuem para a manutenção da identidade da comunidade são contribuições importantes para o fortalecimento desta na reconstrução do novo espaço. O apoio para o empoderamento de comunidades deslocadas pode contribuir para estratégias de mitigação e monitoramento de impactos socioecológicos de hidrelétricas que levem em conta os saberes e estratégias locais de reorganização social e reconstrução de espaços de convivência (SANTOS, 2009; GADOTTI, 2001). Conclui-se que a construção conjunta do conhecimento entre pesquisadores e comunidades, com a organização e compartilhamento de informações históricas e técnicas, impressões, perspectivas e visão de futuro, tem o potencial de contribuir para a articulação e mobilização social dessas comunidades no enfrentamento do impacto causado pela negociação, tomada de decisão e deslocamento geográfico decorrentes da construção de hidrelétricas na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATHAYDE, S. F. Weaving power: Displacement, territory and indigenous knowledge systems across three Kaiabi groups in the Brazilian Amazon. Tese de Doutorado, University of Florida, 2010.
- ATHAYDE, S. et al. Aprendizagem colaborativa, transdisciplinaridade e gestão socioambiental na Amazônia: abordagens para a construção de conhecimento entre academia e sociedade. *Revista Brasileira de Pós-Graduação* 10(21): 729-756, 2013.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Revista Parcerias Estratégicas*, n. 12, p.135-159, 2001.
- BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. (Ed.). *Navigating Social-Ecological Systems. Building Resilience for Complexity and Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, v. 21, p. 139-153, 2007.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Energia 2030. Disponível em: <www.mme.gov.br/mme/.../pne_2030/PlanoNacionalDeEnergia2030.pdf>. Acesso em: mai. 2013.
- BUSCHBACHER, R. A Teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível? *IPEA Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 9: 11-24 Jan.-Jun. 2014
- CERNEA, M. M. Understanding and preventing impoverishment from displacement. In: McDowell, C. (Ed). *Understanding Impoverishment: The Consequences of Development-Induced Displacement*. Oxford: Berghahn Books, 1996.
- CERNEA, M. M.; McDOWELL, C. (Ed.). *Risks and reconstruction. Experiences of settlers and refugees*. Washington: World Bank, 2000.
- CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. *World Development*, v. 22, n. 7, p. 953-969. 1994.
- CRANE, T. A. Of models and meanings: cultural resilience in social-ecological systems. *Ecology and Society*, v.15, n. 4 art.19, 2010. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art19/>>. Acesso em: mar. 2013.
- FREIRE, P. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FOLKE, C. Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 253-267, 2006.
- GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável*. p. 81-132 In: Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2001.
- GOMES, E. *Rondônia para Concursos & Vestibulares*. Porto Velho: Mundial Gráfica e Editora Ltda., 2008.
- GUNDERSON, L. H.; HOLLING, C. S. (Ed.). *Panarchy: Understanding Transformations in Human and Natural Systems*. Washington: Island Press, 2002.
- KOLB, D. A. *Experiential learning: Experience as the source of learning and development*. New Jersey: Prentice-Hall, 1984.
- MAHAR, D. J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1978.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. 2016. A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/cartilha_soberania_energetica.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

- OLIVER-SMITH, A. (Ed.) *Development & dispossession: the crisis of forced displacement and resettlement*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2009.
- PINHEIRO, W. M. *Políticas Públicas: o planejamento municipal como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Manaus: Valer/Uninorte, 2008.
- RIBEIRO, A. M.; ANDRADE, L. C.; MORET, A. S. Os Estabelecidos e os Outsiders da Amazônia: uma reflexão sociológica acerca de um projeto de reassentamento em Rondônia, Brasil. *Territórios e Fronteiras (On-line)*, v. 8, p. 256-274, 2015.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SARMIENTO, F. O. Arrested succession in pastures hinders regeneration of Tropicanean forests and shreds mountain landscapes. *Environmental Conservation*, 24 (1): 14-23, 1997
- SCUDDER, T. *The Future of Large Dams: Dealing with Social, Environmental, Institutional and Political Costs*. London and New York: Earthscan, 2005.
- _____. Resettlement Theory and the Kariba Case: an Anthropology of Resettlement. In: OLIVER-SMITH, A. *Development and Dispossession. The Crisis of Forced Displacement and Resettlement*. Santa Fe: School of Advanced Research Press, 2009.
- SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. *Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais*. Florianópolis: Secco, 2005.
- SEVÁ FILHO, A. O. Estranhas Catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. *Revista Informativa Ciência e Cultura*, v. 60, n. 3, p. 44-50, 2008. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60n3/a14v60n3.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.
- SILVA, A. C. da. *Madeira Mamoré: o vagão dos esquecidos*. Porto Velho: M & M Gráfica e Editora, 2000a.
- SILVA, M. d. G. S. N. *O espaço Ribeirinho*. São Paulo: Terceira Margem, 2000b.
- SIMÃO, B. P. *Resiliência Cultural após deslocamento e reassentamento forçado pela Hidrelétrica de Jirau, Rondônia*. Monografia (especialização em Gestão Colaborativa de Sistemas Socioecológicos Complexos). Unemat, 2012.
- THIOLLENT, M. J. M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1998.
- UNIR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. *Desestruturação Social e Ambiental das Comunidades Ribeirinhas Urbanas e Rurais no Município de Porto Velho*. Projeto de pesquisa e extensão (PIBEX), 2010. Disponível em: <http://www.cienciassociais.unir.br/menu_arquivos/257_desestruturacao_social_e_ambiental_das_comunidades_ribeirinhas_urbanas_e_rurais_no_municipio_de_porto_velho.pdf>. Acesso em: fev. 2013.
- WCD. World Commission on Dams. 2000. *Dams and Development: A New Framework for Decision-Making*. London: Earthscan, 2000.
- ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23 n. 68, p. 97-107, 2008.
- ZHOURI, A. (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. *Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas*. *Ambiente e Sociedade*, v.10, p. 119-135, 2007.